

www.momento.uff.br

MOMENTO

uff

IMPRESSO

Publicação da Universidade Federal Fluminense - nº 150 - novembro de 2004



**DEMOCRATIZAR SIM
PRIVATIZAR NÃO**

**SERVIDORES TEM NOVA CHANCE DE ESTUDAR
PÁGINA 3**

**A MATEMÁTICA ATRAENTE DE PAULO TRALES
PÁGINA 5**

**A MÍDIA SOB A ÓTICA DA MEDICINA
PÁGINA 11**

REFORMA UNIVERSITÁRIA

**O debate apenas começou
página 6**

Editorial

Lula e as novas perspectivas em relação à autonomia das Ifes

Na reunião com os dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), em Brasília, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reconheceu a importância da autonomia universitária para que a universidade seja capaz de desempenhar sua missão. Em seu discurso, Lula ressaltou a importância do sistema federal de ensino e sua contribuição para o desenvolvimento econômico, cultural, social e científico do país.

A presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Ana Lúcia Gazolla, destacou as principais demandas das Ifes que passam principalmente pela autonomia, financiamento e gestão de pessoal. “A autonomia é condição necessária para que a universidade, que produz bens de conhecimento, possa de fato estar envolvida na inovação, incubação de empresas, em patentes, enfim, na política industrial e de desenvolvimento”, afirmou.

A reitora enfatizou que a autonomia deve ser realizada com base em dois eixos. O primeiro visa remover os obstáculos normativos que afetam e dificultam a gestão das Ifes. O segundo eixo se refere ao financiamento e planos de carreira nas instituições federais e à elaboração de um marco legal regulador de todo o sistema nacional de educação superior. Ana Gazolla fez questão de destacar os avanços desde a primeira reunião com o presidente Lula, realizada em agosto de 2003. “Nesse período, o número de vagas para docentes e técnico-administrativos abertas em concurso foi superior àquelas abertas nos oito anos anteriores”, disse.

O presidente Lula recebeu bem a proposta e deixou claro que está com “portas abertas” para as negociações entre os dirigentes das instituições federais e o governo. Dentre as propostas estão o processo de expansão, com a criação de novos campi e novas unidades universitárias, e o aumento real dos recursos para manutenção das Ifes.

A questão da reposição das vagas no quadro de pessoal das Ifes e a inclusão dos reitores, nas missões internacionais, junto de empresários, diplomatas e autoridades do governo, também foram abordadas. Os reitores deveriam estar presentes nessas missões, devido ao papel estratégico que as universidades têm, inclusive, para o resgate da competitividade internacional e a inserção soberana do país entre as nações.

Fica patente nesse segundo encontro o papel de destaque que as universidades devem ocupar no atual governo. Esperamos que a proposta de reforma universitária a ser apresentada pelo ministro Tarso Genro, neste mês de novembro no Congresso Nacional, atenda aos anseios da sociedade e da comunidade acadêmica para que possamos bem cumprir a nossa missão.

O PACTO SOCIAL E SEUS DESCONTENTES

Eduardo R. Gomes

No início de setembro, a CUT lançou a proposta de um pacto entre governo, trabalhadores, empresários e banqueiros com o objetivo de articular um projeto de crescimento de longo prazo. A iniciativa gerou reações positivas e negativas, inclusive no próprio governo. O presidente Lula manifestou-se de forma bastante favorável à idéia, rebatizando-a de “contrato social”, mas o ministro da Fazenda afirmou que tal proposta estimularia um aumento desenfreado de preços, impossível de ser controlado, ameaçando, portanto, o controle da inflação. O presidente da Fiesp, Paulo Skaf, também recebeu bem a idéia, mas as reações negativas acabaram predominando.

De qualquer forma, como o debate tem continuado por meio de artigos, editoriais e alguns pronunciamentos, cabe ainda perguntar: quem tem razão? Por quê? Para lidar com essa questão, comecemos recordando em que consistiu a proposta. Pelo que foi divulgado, cada setor cederia alguns de seus recursos, recebendo compensações em troca, dentro de uma busca de crescimento sustentado. O governo, por exemplo, reduziria alguns impostos e o depósito compulsório para que o setor financeiro reduzisse os juros e ampliasse o crédito; com essa expansão da oferta de crédito, a juros mais baixos e menores tributos, os empresários se comprometeriam com maiores investimentos produtivos e controlariam os aumentos de preços; com isso, os trabalhadores poderiam ganhar mais segurança nos seus postos de trabalho, além de novos empregos, uma vez que também se comprometeriam a moderar suas demandas. Além desses objetivos, tal arranjo teria ainda por finalidade imediata afastar a necessidade do aumento de juros para combater a inflação de demanda que a atual retomada do crescimento parece anunciar.

Sendo um arranjo político tão virtuoso, por que não adotá-lo? Na reação de oposição à proposta, temos não só os temores inflacionários do ministro Palocci, mas preocupações quanto à possibilidade de o pacto efetivamente agregar as classes das quais ele depende em uma política estruturada, sem falar na afirmação do governador Alckmin de que o pacto era uma fórmula “desgastada”.

Os temores de Palocci não deixam de ser plausíveis, ainda que mais em termos puramente lógicos que reais, pois o grau de competição e de abertura de nossa economia pode contrabalançar a possível postura defensiva dos empresários aumentando preços, diante de uma possibilidade de controle externo de sua atividade econômica, no caso, o pacto.

As outras restrições levam-nos ao cerne da questão, que poderá ser esclarecida recordando nossa história sobre o assunto. Nos governos Sarney e Collor, em meio a uma série de políticas de choque malsucedidas, implementadas a partir de decisões em gabinetes fechados dos tecnocratas, o pacto social era visto por muitos setores da sociedade simplesmente como a melhor alternativa para solucionar esse e outros problemas do país. E nesse curto espaço de tempo, neste país sem qualquer tradição desse tipo de articulação, em um momento de grande

instabilidade, muitos grupos se engajaram nesses esforços, tendo inclusive chegado a formalizar um entendimento multiclassista nacional em dezembro de 1992 com praticamente os mesmos grupos de empresários e trabalhadores hoje chamados a negociar: foi o “Plano Brasil Novo e o Entendimento Nacional”.

A não ser talvez pela ativação das Câmaras Setoriais em 1993 para negociar a saída do congelamento, esse acordo não teve nenhum desdobramento concreto em termos de políticas governamentais, como era esperado. O próprio governo não aceitou a proposta e sua contraproposta também não foi aceita pelos empresários e trabalhadores, inclusive pelo fato de ter sido colocada como inegociável. De qualquer forma, em diversos fóruns, capital e trabalho continuaram a procurar um entendimento mútuo com vistas ao desenvolvimento do país, quando fomos todos surpreendidos por mais uma política de estabilização que, apesar de formulada e implementada sem consulta à sociedade, conseguiu finalmente deter a espiral inflacionária – o Plano Real.

Desde então, a idéia de pactos sociais como mecanismos de formação de políticas praticamente caiu em desgraça, ficando, de fato, “desgastada”. Mas não totalmente abandonada. Esquecem-se muitos de que, se não chegamos a pactos de âmbito nacional, temos pactos locais ou regionais, que são iniciativas de articulação pública/privada para a promoção do desenvolvimento, envolvendo associações empresariais, sindicatos, universidades, prefeituras, órgãos estaduais, fundações, dentre outros atores, que, com relativo sucesso, têm dinamizado o desenvolvimento em várias regiões do país.

Essa história, portanto, situa nossa experiência com os pactos, mostrando que, por mais que pareçam hoje desgastados, eles foram instrumentos promissores e legítimos de articulação de interesses, que simplesmente não encontraram no governo central um parceiro confiável – fato que, aliás, se repetiu outras vezes. Vê-se, assim, que talvez não nos falem condições para adotá-los, uma vez que houve engajamento das várias classes nas negociações e estas chegaram a termo, sem falar na concretização de iniciativas desse tipo que hoje se observa em várias regiões do país.

Mesmo assim, é bom lembrar que não é possível garantir a eficácia dos pactos nacionais no Brasil, porque eles, de fato, nunca foram experimentados. Na Europa dos anos 1970 e 90, os pactos foram eficazes para sustentar crescimento, manter baixa a inflação e reduzir o desemprego. Países que não adotaram fórmulas negociadas tiveram desempenho sensivelmente pior nesses aspectos. Assim, se quisermos nos habilitar aos frutos dos pactos, temos de, pelo menos, pagar o preço e correr os riscos do aprendizado, uma vez que experiências sociais não se repetem nem podem ser copiadas. Diferentemente desse nosso passado imediato, pelo menos não estaríamos partindo do nada, e alguns têm consciência de tudo isso.

Eduardo Rodrigues Gomes é professor, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFF e doutor pela Universidade de Chicago.

realização



Universidade Federal Fluminense - Reitor: Cícero Mauro Fialho Rodrigues - **Vice-Reitor:** Antonio José dos Santos Peçanha
Núcleo de Comunicação Social - Diretora: Cristina Ruas - **Momento UFF - Editoras:** Luiza Peluso e Pamela Archontakis
Redação: Luiza Peluso, Pamela Archontakis, Regina Schneiderman, Rosane Fernandes e Sonia de Onofre
Criação e Produção Gráfica: Afonso Vicente Araujo Almeida e Marcos Aurélio do Rego Monteiro - **Bolsistas:** Bernardo Tonasse, Catarina Monnerat, Danielle Ritton, Fernanda Pimentel, Priscilla Mansano e Sílvia Vilanova (Jornalismo), Arnold Eduardo Zárate Aldana, Carolina Vignoli, Daniel Saturnino Braga e Rafael Martinelli (Publicidade e Propaganda), Eduardo Heleno de Jesus Santos (Fotografia)
Capa: Afonso Vicente Araujo Almeida com foto de Eduardo Heleno de Jesus Santos - **Endereço:** Rua Miguel de Frias, 9, 8º andar, Icaraí, Niterói/RJ - 24220-000 - **Tels.:** 2629-5239 e 2629-5240 (telefax) - **E-mail:** nucs@vm.uff.br - **Tiragem:** 13.000 exemplares
Fotolito e impressão offset: Crimalá Produções Gráficas e Editora Ltda. - **Site UFF Notícias:** www.noticias.uff.br



RESGATE DA CIDADANIA

PROJETO “TELE-SALA” LEVA SERVIDORES DE VOLTA ÀS AULAS

Regina Schneiderman

foi adotado em função da existência de um decreto federal que possibilita aos próprios funcionários serem responsáveis pela capacitação de outros.

Em setembro de 2003 realizou-se um cadastro com os funcionários professores que desejavam colaborar com o projeto. Em seguida, entre os meses de outubro e dezembro esses professores fizeram um Curso de Capacitação e Planejamento Pedagógico. Além disso, esse grupo participou de três encontros com os funcionários-alunos. O curso serviu como uma atualização e qualificação para que os participantes se habilitassem como instrutores do Projeto “Tele-Sala”. Esse foi o caso da funcionária Denise Aragão, da DTA, que também é professora de Português e participou do curso de instrutores. Para ela “a troca de experiências de trabalho entre os profissionais foi muito produtiva e o treinamento irá fornecer subsídios para o planejamento das aulas.” Ela acredita que o Projeto Tele-Sala está abrindo um novo caminho na vida dos alunos funcionários e que a UFF está realizando um importante trabalho de responsabilidade social. Vale lembrar que os instrutores participam do projeto em um horário que não interfere com a sua jornada de trabalho e em concordância com a sua chefia.

ALUNOS RECEBERÃO DIPLOMA

O Curso de Ensino Fundamental ministrado pelo Projeto “Tele-Sala”: Educação de Adultos foi estruturado segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) e segue os Parâmetros Curriculares Nacionais estabelecidos pelo MEC para o Ensino Fundamental. O “Tele-Sala” é uma parceria entre a UFF e a Secretaria Municipal de Educação de Niterói, que ao final do curso vai conceder um certificado de conclusão. Regina afirma que a meta é qualificar 100% dos 470 funcionários. “Primeiro eles vão concluir o ensino fundamental e depois, se desejarem, poderão dar continuidade aos seus estudos”.

Os funcionários que ainda não aderiram ao Projeto ou aqueles que estiverem interessados no curso e desejarem mais informações podem entrar em contato com a COPE/Centro de Estudos Sociais Aplicados, 3º andar do Bloco E, Gragoatá ou na Reitoria, junto ao DDRH, telefone 2629-5041 ou pelo e-mail: drh@vm.uff.br.

Fotos: Eduardo Heleno



Darcira Mota Monteiro, diretora do Departamento de Recursos Humanos (DDRH) e idealizadora do “Tele-Sala”

“Hoje está tudo modernizado e eu também quero me aperfeiçoar. As coisas mudaram muito e se eu quiser mexer no computador vou ter dificuldade. A UFF está oferecendo uma grande oportunidade e a gente tem que abraçar” diz, entusiasmado, Paulo César da Silva, funcionário da Divisão de Serviço Gerais e um dos alunos do Projeto “Tele-Sala”: Educação de Adultos.

Idealizado pela professora Darcira Mota Monteiro, atual diretora do Departamento de Recursos Humanos (DDRH), o projeto visa atender os funcionários da UFF sem escolaridade básica. “São colegas que não tiveram a chance de concluir seus estudos. O ensino é um direito do cidadão e um dever do Estado. E dentro da Universidade nós temos que ter mais responsabilidade”, afirma a diretora.

Darcira ficou ciente desse problema depois que um cadastro realizado pelo Departamento de Pessoal revelou a existência de 470 servidores sem a escolaridade mínima do Ensino Fundamental. Para mudar esse quadro, ela solicitou que a Coordenadoria de Projetos Educacionais (Cope) elaborasse um projeto pedagógico. A coordenação desse trabalho ficou a cargo da professora Regina Vidal, da Cope.

Os estudos do Projeto “Tele-Sala” tiveram início em março de 2003. Com a ajuda de voluntários e o apoio do DDRH foram realizadas entrevistas com 320 funcionários para conhecer a história e a situação de cada um. Segundo Regina Vidal, esse trabalho de

pesquisa foi muito gratificante e muitas vezes contou com depoimentos carregados de emoção. “Eles contavam histórias de dificuldades com a família e situações complicadas que tinham vivido pela falta de escolaridade, o que lhes causavam constrangimento e baixa auto-estima. Muitos foram obrigados a trabalhar cedo e tiveram que abandonar os estudos.”

O Curso

Darcira foi pessoalmente a Brasília e conseguiu o material didático que está sendo utilizado no projeto. A Secretaria de Ensino Fundamental do MEC forneceu a Coleção “Viver e Aprender”, que é utilizada nos Cursos de Educação de Jovens e Adultos.

O curso é ministrado por meio de módulos e aulas presenciais. Além de livros didáticos, os alunos também têm acesso a computadores e recursos áudio-visuais.

Segundo Regina Vidal, o “Tele-Sala” terá duração de cinco semestres, o que corresponde aproximadamente a dois anos e meio. As turmas são organizadas de acordo com o nível escolar em que se encontra cada aluno que pode ser Inicial, Intermediário ou Adiantado.

O Projeto “Tele-Sala” está inserido no Programa de Educação Continuada, desenvolvido pela Divisão de Treinamento e Avaliação (DTA), do DDRH, sob a direção de Anna Pérsia Rodrigues Bastos. As aulas começaram em abril de 2004 e, desde então, 287 funcionários já aderiram ao curso. Ao todo já estão funcionando oito turmas do 1º Segmento do Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries). O curso está sendo ministrado na Reitoria e em várias salas cedidas pelas unidades acadêmicas da UFF. As aulas são de 2ª a 5ª e os alunos têm duas opções de horário: das 8 às 10h e das 16 às 18h, o que permite compatibilizar os estudos com o expediente de trabalho.

Darcira afirma que a proposta do curso não é somente ensinar. “Queremos mais que dar aula, queremos estabelecer um espaço de convivência e integrar os funcionários.”

Instrutores

O grande diferencial do Projeto “Tele-Sala”, segundo Darcira, é o fato de que são os próprios servidores da UFF que atuam como professores. Os funcionários instrutores possuem curso superior e licenciatura em disciplinas da Educação Básica como Português, Matemática, Geografia, História, entre outras. Esse procedimento

Fotos: Eduardo Heleno



Paulo César da Silva - Ingressou na UFF em 1985 e desde então trabalha como auxiliar administrativo do Departamento de Serviços Auxiliares (DAS). É substituto do chefe da área de bens imóveis e responsável pelas mudanças, entre outras atividades. Paulinho, como é conhecido, trabalha no mesmo setor há quase 20 anos e ninguém quer deixá-lo sair de lá. Muito animado com o curso e um incentivador dos seus colegas, foi escolhido como monitor de sua turma.



Jussara da Silva - Entrou para a UFF em 2001, transferida da Universidade Federal do Espírito Santo. Trabalha como auxiliar administrativa no DDRH. Ela cursou até a quarta série e está muito contente em poder voltar a estudar. “Estou achando muito boa essa chance, vou poder terminar o 1º e o 2º graus e ganhar meu certificado.”



Graduação de cara **nova**

Danielle Ritton

Veterinária está realizando oficinas. Segundo a coordenadora do curso, Eliana Mesquita, a cada reunião surgem novas necessidades.

No que diz respeito aos alunos, caberá à coordenação de cada curso estabelecer no processo de reformulação curricular uma sistemática de adaptação ao novo currículo. Os estudantes que já estão na fase final geralmente permanecem no antigo.

A reforma tem o aval dos alunos. “A grande vantagem dessa reforma é tornar o curso de Química mais humano, procurando integrar cada vez mais o aluno recém-ingressado na universidade, a fim de que se interesse ainda mais”, diz a aluna e representante do Diretório Acadêmico de Química, Claudiane Canuto.

O primeiro semestre de 2005 reserva novidades aos calouros. Os cursos de Química, Química Industrial, Produção Cultural, Serviço Social de Niterói e Serviço Social de Campos apresentarão novos currículos. As mudanças fazem parte da proposta de Reforma Curricular que a UFF vem elaborando desde 1999.

Ciências Biológicas, Turismo e Biomedicina, criados recentemente, têm projetos pedagógicos que já atendem às novas diretrizes estabelecidas pelo MEC, assim como os novos cursos de Geofísica e Estudos de Mídia, que terão início em 2005. Os demais ainda estão em processo de reformulação ou esperam a aprovação do Conselho de seus respectivos centros e do Conselho de Ensino e Pesquisa (CEP). “O objetivo da reforma é atualizar a estrutura curricular de cada curso, dentro dos princípios emanados pela nova legislação. Esta atualização visa contribuir para a inovação e a qualidade do projeto pedagógico”, afirma a chefe da Subcoordenadoria de Apoio Curricular e Avaliação, órgão responsável pela reforma na UFF, Dulce Mary Pontes Vidal.

Novos rumos

Os estudos que vêm sendo realizados desde 1999 visam atender aos novos parâmetros curriculares nacionais, instituídos pelo Conselho Nacional de Educação a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96). Estes parâmetros definem os princípios e fundamentos da formação profissional de cada curso e o perfil do profissional, suas habilidades e competências.

Nos cursos de Química e Química Industrial, por exemplo, os alunos encontrarão um currículo mais próximo da realidade do mercado de trabalho, segundo a coordenadora dos cursos, Noemy Pugliesi.

“A grande vantagem dessa reforma é tornar o curso de Química mais humano, procurando integrar cada vez mais o aluno recém-ingressado na universidade”
(*Claudiane Canuto*)

O contato mais constante com os professores também é novidade. Por meio de tutorias – forma alternativa de ensino em que alunos são designados como professores de outros alunos – em diversas disciplinas, os futuros químicos desenvolvem pesquisas que ampliam o conhecimento, além da bibliografia do curso. De acordo com Noemy, as ementas antigas foram reformuladas e os conteúdos concentrados, pois eles se repetiam em diversas matérias. Ainda segundo a professora, com a reforma a elaboração de monografia tornou-se uma obrigatoriedade.

Visando a um resultado mais positivo, cada colegiado estabeleceu uma comissão que ficou com a responsabilidade de formular um novo projeto pedagógico. E assim foram surgindo os novos currículos, baseados nos estudos das comissões e no que está disposto na resolução do Conselho Nacional de Educação.

Mudanças visam aproximar alunos

Para terminar e divulgar a elaboração do novo currículo, o curso de Medicina

O porquê da reforma

A idéia da reformulação dos currículos dos cursos de graduação não surgiu de um dia para o outro. Ela é consequência de uma série de alterações gradativas na legislação, em busca da democratização e da qualidade do ensino. Segundo Ana Luzia Purger, da Subcoordenadoria de Apoio Curricular e Avaliação da UFF e técnica em assuntos educacionais, pode-se marcar o início desse processo na Constituição Federal de 1988, quando ficou regulamentado que o poder público está obrigado a garantir e avaliar a qualidade do ensino.

Em 1995, a Lei 9.131 fez alterações na Lei 4.024/61, determinando como atribuição do Conselho Nacional de Educação a deliberação sobre as Diretrizes Curriculares para o Ensino Superior. Em 1996, com a aprovação da LDB 9.394/96, estava instituída a obrigatoriedade das diretrizes curriculares (Art. 53- inciso II).

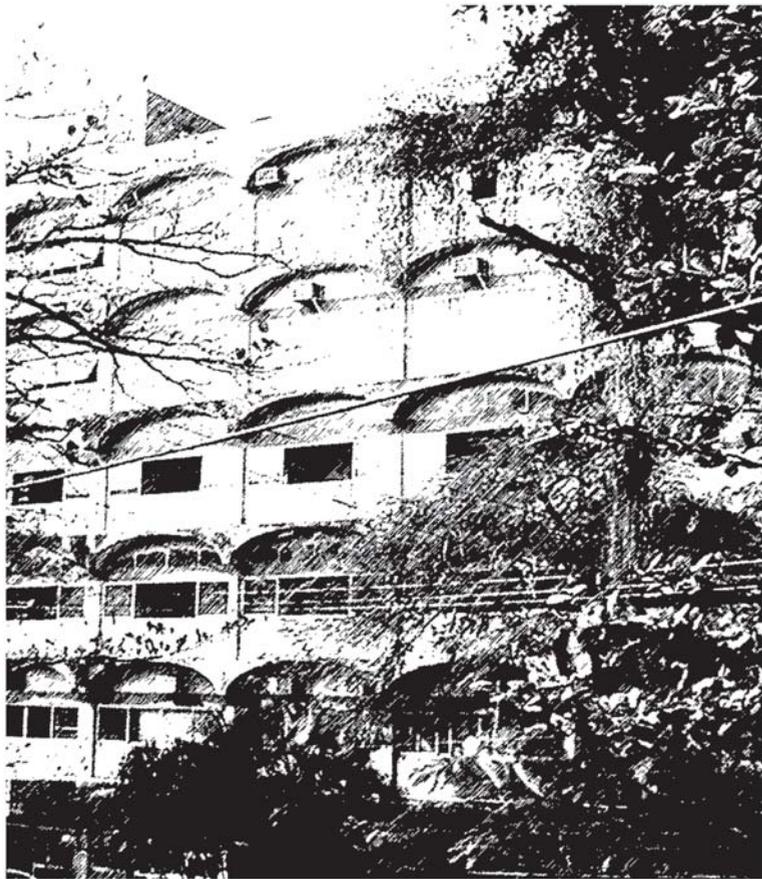
Em 2001, a Lei 10.172 reforça esse cumprimento quando determina como um dos objetivos da educação superior “estabelecer, em nível nacional, diretrizes curriculares que assegurem a necessária flexibilidade e diversidade nos programas de estudos oferecidos pelas diferentes instituições de educação superior, de forma a melhor atender às necessidades diferenciais de suas clientela e às peculiaridades das regiões nas quais se inserem”. Assim se configura nas universidades o início das discussões e movimentos em torno das alterações curriculares.

‘Universidade Vai à Escola’

Uma nova visão acadêmica

Bernardo Tonasse e Fernanda Pimentel

Bernardo Tonasse



Instituto de Matemática da UFF

O que fazer para despertar o interesse pelos cursos da universidade e, ao mesmo tempo, melhorar o rendimento dos alunos? Pensando nisso, o diretor do Instituto de Matemática da UFF, professor Paulo Roberto Trales, iniciou, em 1999, o projeto A Universidade Vai à Escola. Por meio dele, são realizadas conferências itinerantes em escolas de ensino médio no Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo para atrair novos alunos para o curso.

O objetivo é estimular os estudantes a fazerem vestibular para Matemática, pois o número de jovens interessados nessa área vinha decrescendo nos últimos dez anos, registrando uma relação de 3,8 candidatos por vaga. “Quando entrei para a direção do instituto, fiquei assustado com o número de candidatos e também com a média das provas específicas, em torno de 1,0 sobre dez”, lembra Trales.

Uma realidade que precisava ser mudada. Com uma solução simples, o professor conseguiu benefícios inesperados. Nas salas de aula, ele e mais dois professores apresentam problemas interessantes de matemática, falam

sobre detalhes da vida universitária e como obter auxílio durante o curso. Conversam também sobre a vida profissional e as oportunidades de trabalho. “Fiz contatos com escolas públicas e particulares. Investi nessa idéia e hoje o projeto se auto-alimenta”, diz o coordenador.

O aumento para 7,5 candidatos/vaga na UFF, no vestibular 2004, foi um excelente resultado, atingindo a maior média do Estado do Rio na área. Outro ganho foi o retorno de vários docentes das escolas para a universidade, principalmente nos cursos de especialização de Professores do Ensino Fundamental e Médio do Instituto de Matemática da UFF. “Acertamos vários pontos com essa iniciativa. Os próprios professores

das escolas se interessam em estudar mais e fazem os nossos cursos de pós-graduação”, ressalta Trales.

Para surpresa ainda maior dos organizadores, foram descobertos jovens estudantes com talento excepcional. “Os professores me indicaram alunos brilhantes de Matemática que ingressam no Programa de Tutoria, onde fazem projetos e trabalhos do curso antes de entrarem para a universidade”, afirma o professor. “É uma grande satisfação ver esse sucesso refletido nos números da graduação. Quando a universidade interage com a sociedade, o resultado vem naturalmente”, explica Trales.

Ainda que lentamente, os problemas do curso estão sendo resolvidos. Até a evasão universitária, antes, uma dura realidade da matemática, já está diminuindo.

Projeto vai ao ‘Jornal Nacional’

Neste ano, a equipe do “Jornal Nacional” pôde conhecer e divulgar o trabalho de Paulo Trales, acompanhando sua palestra na Escola Estadual Manoel de Abreu. Ao final do

encontro, vários estudantes permaneceram no auditório da escola para conversar com o professor. Uma das alunas foi Flávia Figueiredo, 16 anos, do primeiro ano do ensino médio. Apesar de gostar muito da disciplina, ela diz que não pensava em fazer faculdade de Matemática, pois não queria a carreira de magistério. “Não quero ser professora de jeito nenhum, mas hoje vi que não é só isso que um matemático pode fazer. Agora, talvez eu faça Matemática”, pondera.

Trabalho de formiguinha

É fácil notar que a matemática ainda não caiu no gosto dos alunos. A disciplina continua a ser um tabu. A maioria dos jovens fala que a culpa é dos professores. No bate-papo informal que se seguiu à exposição de Trales, não faltaram críticas aos mestres. Sarah Chrispim, 15 anos, estudante do primeiro ano, é enfática: “A matéria é legal, mas, às vezes, o professor a faz ficar chata.” Ana Beatriz, 16 anos, também do primeiro ano, concorda com a colega. “Se eu gosto de matemática? Depende do jeito que o professor dá a aula.”

Paulo Trales reconhece o problema e faz coro com os adolescentes. “Conheci um professor de Matemática que, certa vez, reprovou toda a turma de 39 estudantes. Isso não está certo. O mestre tem o dever de estimular o aluno”, ensina. Vanessa Farias, 17 anos, estudante do terceiro ano, é uma prova de que isso é verdade. Hoje apaixonada pela disciplina, diz que nem sempre foi assim. Vanessa passou a gostar da matéria somente na oitava série porque seu professor teve papel decisivo para isso. Desde então, ela quis seguir a carreira e pretende ingressar na UFF.

Em outubro, Vanessa e outros alunos do ensino médio, sob a orientação do professor Paulo Trales, visitaram o Instituto de Matemática da UFF. Eles conheceram bibliotecas, laboratórios e salas de aula. O instituto abriu suas portas à comunidade em outubro, durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

O projeto de Trales é o começo de um longo caminho. Pode até não mudar o mundo, mas ele diz que não tem essa pretensão. Se, a cada palestra, conseguir atrair ao menos um estudante para a matemática, seu objetivo já estará mais do que cumprido. “É um trabalho de formiguinha”, brinca.

A UNIVERSIDADE E O



Eduardo Heleno

A professora Maria de Fátima de Paula, uma apaixonada pela educação e seus desafios

Não é novidade o fato de que as universidades brasileiras sempre estiveram em crise. Elas já passaram por duas reformas que, no entanto, não provocaram mudanças profundas. Atenta ao debate entre governo, sociedade e comunidade acadêmica, a professora da Faculdade de Educação e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (Nepes), Maria de Fátima de Paula, fala ao Momento UFF sobre sua visão, idéias e expectativas em relação à Reforma Universitária proposta pelo governo Lula.

Momento UFF – Quando e de que maneira o tema reforma universitária foi abordado pela primeira vez?

Maria de Fátima de Paula – Nós tivemos a chamada Reforma Universitária de 1968, que tornou a universidade mais democrática, no sentido de que o movimento estudantil da época reivindicava mudanças estruturais para ela. As estruturas de poder e o elitismo da instituição eram questionados. As classes média e popular tinham pouquíssimo acesso à universidade no Brasil. Assim, uma das principais bandeiras do movimento estudantil – ator revolucionário por excelência na década de 60 – foi aumentar o número de vagas na universidade, em especial nas instituições públicas, buscando democratizar o acesso à educação superior. Essa é uma questão que está na ordem do dia hoje na Reforma Universitária proposta pelo governo Lula.

Momento UFF – Como se desenvolveram as discussões no ambiente universitário da década de 60?

Maria de Fátima de Paula – Nos anos 60, a universidade era extremamente politizada. Com o Golpe de 64, foi feita uma reforma atendendo a algumas das reivindicações dos estudantes e de professores “mais progressistas”, porém numa vertente conservadora, autoritária. E por que autoritária? Porque houve um verdadeiro expurgo nas instituições de educação superior – sobretudo naquelas mais politizadas – nessa época, promovido pelo governo militar. Muitos professores foram cassados, aposentados compulsoriamente ou

desviados de suas funções (as “cassações brancas”), sobretudo a partir do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Estudantes foram torturados, mortos, dados como desaparecidos. Então, a Reforma de 68 aconteceu nesse clima de autoritarismo político, embora tenha trazido alguns avanços à universidade. Um deles foi a institucionalização da carreira docente universitária. Antes, vivíamos no sistema de cátedras, em que o professor catedrático era considerado o verdadeiro “dono” da cadeira ou disciplina. Havia concurso público, mas só para os professores catedráticos. E mesmo assim, esses concursos muitas vezes eram “viciados”, não havia publicidade. Hoje a carreira é mais aberta, os concursos públicos são mais transparentes. De maneira geral, houve uma democratização do recrutamento para a carreira docente e do acesso para os alunos, embora a universidade continue elitista.

“Uma das desvantagens da Reforma de 68 (...) foi a fragmentação das antigas faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Elas eram o coração da universidade, pois sintetizavam o próprio sentido da palavra universidade, que é a unidade na diversidade”

Momento UFF – Então essa reforma foi benéfica para a universidade brasileira?

Maria de Fátima de Paula – Com a Reforma de 68, a universidade se tornou mais burocratizada, porque aumentaram as instâncias decisórias. Aumenta o número de alunos, sendo necessário contratar mais professores e funcionários. Isso cria um conjunto de instâncias que não existia. Assim, a universidade se amplia e se “democratiza” – digo, entre aspas, porque ela ainda está longe de ser o que eu considero uma universidade democratizada, no sentido de atingir as camadas populares. Essa é uma outra problemática que tem de ser associada ao ensino fundamental e médio e que transcende a questão da educação superior. Nesse sentido, a universidade se burocratizou, o que eu considero uma das desvantagens da Reforma de 68. Outro exemplo foi a fragmentação das antigas faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Elas eram o coração da universidade, pois sintetizavam o próprio sentido da palavra universidade, que é a unidade na diversidade. Conviviam num mesmo espaço filosofia, matemática, física, biologia, ciências sociais, história, geografia, o que dava um sentido muito maior de universidade, que é a idéia da integração entre os diversos saberes. Essas faculdades permitiam um intercâmbio

maior de professores e de alunos, e uma prática mais transdisciplinar no sentido clássico da idéia de universidade, que está no modelo alemão da Universidade de Berlim, criada no século XIX. Essa concepção oferece uma formação integral ao indivíduo. Hoje, ao contrário, temos uma formação voltada para o mercado de trabalho, a qual não podemos nem chamar de formação, é um treinamento. Isso é uma desfiguração do conceito de universidade que surge muito fortemente com a adoção do modelo norte-americano.

“Hoje temos uma formação voltada para o mercado de trabalho, a qual não podemos nem chamar de formação, é um treinamento. Isto representa uma desfiguração do conceito de universidade”

Momento UFF – Quais foram as mudanças provocadas pela Reforma de 90?

Maria de Fátima de Paula – A partir dos anos 90, começa a se disseminar com muita força a idéia da chamada diversificação do sistema de ensino superior, ligada ao modelo norte-americano. Dentro dessa lógica instrumental, imediatista, defende-se a idéia da existência, sobretudo, de instituições voltadas só para o ensino, com alguns centros de excelência, que abrigariam ensino e pesquisa de alto nível. Entretanto, a maioria das instituições de educação superior estaria voltada fundamentalmente para o ensino, sem uma pesquisa de ponta – como acontece nos Estados Unidos o modelo do *College* em que o aluno faz dois anos de uma formação geral e sai com diploma de nível superior. Então, haveria instituições diferentes atendendo a demandas diferentes por ensino superior.

Por trás dessa lógica está a idéia de uma racionalidade econômica. As universidades de ensino e pesquisa demandam um custo muito mais elevado por parte do Estado. Assim, propor cursos superiores de curta duração para ampliar o acesso – utilizando, por exemplo, o ensino à distância, que faz parte da proposta atual de reforma universitária do governo Lula – leva a uma formação mais “aligeirada”. Isso reduz o tempo de formação, comprometendo a qualidade do ensino, além de não existir uma preocupação com a pesquisa.

Momento UFF – Qual a posição do governo brasileiro diante da lógica do modelo norte-americano?

Maria de Fátima de Paula – A chamada Reforma da Educação Superior do governo Fernando Henrique Cardoso – que aliás, eu prefiro chamar de “Política para a Educação Superior”, gestada nos anos 90 – está inserida em um movimento mundial. A partir daí, há uma influência muito grande dos organismos internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Esta influência incide na política de educação superior e na política educacional como um todo nos países periféricos, dentre eles, o Brasil. Na visão dos organismos internacionais, a educação superior é considerada como um serviço a ser vendido no mercado. Ela passa a ser vista como um fardo para o governo. O ensino superior passa da ótica do investimento para a ótica do custo. Essa visão dos

QUE O BRASIL QUER

Pamela Archontakis e Luiza Peluso

organismos internacionais influencia o governo brasileiro, que começa a encarar a educação superior como um gasto social. Isso leva ao empresariamento do ensino e a uma proliferação exacerbada das instituições privadas de educação superior que atinge hoje, no Brasil, 90%. É um dos maiores índices de privatização relativos do mundo. Esses dados são do Inep (2004).

Momento UFF – *Como o atual governo trata a questão do ensino superior?*

Maria de Fátima de Paula – A minha tese é que o governo Lula está aprofundando esse modelo que já vem desde os anos 90, essa lógica neoliberal para a educação superior, cuja conseqüência é o desmonte das universidades e instituições públicas de ensino superior. A falta de infra-estrutura, de laboratórios, bibliotecas, o arrocho salarial dos docentes, a onda de aposentadorias que se acentuou com a Reforma da Previdência – tudo isso deixou as universidades ainda mais desfalcadas. E, para tentar solucionar esse desfalque da mão-de-obra universitária, surge com força a figura do professor substituto, que é uma saída absolutamente paliativa. Hoje, no governo Lula, se fala em contratação de professores universitários. Nesse sentido, parece que temos um avanço em relação aos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso.

“Na visão dos organismos internacionais, a educação superior é considerada como um serviço a ser vendido no mercado. Ela passa a ser vista como um fardo para o governo. O ensino superior passa da ótica do investimento para a ótica do custo”

Momento UFF – *Em seu livro Debatendo a universidade: subsídios para a Reforma Universitária, lançado recentemente, você apresenta um documento do Ministério da Fazenda, segundo o qual “cerca de 46% dos recursos do Estado para o ensino superior beneficiariam apenas indivíduos que se encontram entre os 10% mais ricos da população”. Na sua opinião, é isso o que acontece na prática?*

Maria de Fátima de Paula – Na lógica do documento do Ministério da Fazenda, são desconsideradas pesquisas recentes como as do Inep e do IBGE que desmentem a afirmação de que as universidades públicas abrigam estudantes, em sua maioria, provenientes das camadas mais ricas da população. Assim, pesquisa realizada pelo Inep a partir dos indicadores sociais preenchidos pelos estudantes que foram submetidos ao Provão em 2003, comprova que os filhos dos ricos não são predominantes nas universidades públicas e que, em todos os cursos, a renda média dos estudantes das instituições privadas é superior à das públicas. Esse argumento é muito capcioso, porque, se o governo afirma que as universidades públicas atendem, fundamentalmente, às elites dominantes, ele, por trás disso, pode propor, por exemplo, a cobrança de mensalidades, de anuidades nas universidades públicas, como forma de “justiça social”. Esse argumento não é novo, ele está lá nos anos 60, em um documento de Rudolph Atcon, um grego naturalizado norte-americano, que veio “aju-

dar” a reformar as nossas universidades. Ele propõe que as universidades públicas se transformem em empresas privadas – ele usa esse termo – e que sejam cobradas dos estudantes mensalidades e anuidades como forma de “justiça social”, partindo do pressuposto de que são os ricos que estão nas universidades públicas. Não quero dizer com isso que a universidade está suficientemente democratizada. Eu acho que ela continua elitizada e tem de se abrir mais às camadas populares. Mas discordo desse argumento do governo de que as universidades públicas abrigam fundamentalmente alunos provenientes das elites dirigentes. Isso não é verdade, na maioria dos cursos. As universidades públicas e gratuitas em todos os níveis – graduação, pós-graduação *lato e stricto sensu* – representam a forma mais democrática e qualificada de acesso ao ensino superior para milhões de brasileiros.

Momento UFF – *Qual sua opinião sobre as cotas?*

Maria de Fátima de Paula – Eu sou contra a política de cotas, tal como ela tem sido proposta pelo governo. Acho que não vai democratizar o acesso à educação superior, por várias razões. Primeiro, porque no projeto de lei não está demarcada a questão da renda, não há o corte da classe social, o que para mim é um equívoco. O projeto de lei de reserva de vagas nas universidades federais não exige renda mínima dos seus beneficiários, o que considero uma contradição, pois tem o corte da cor, mas não tem o corte social, que seria fundamental. Embora reserve, no mínimo, 50% das vagas nas universidades federais para alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas – incluindo nessa cota os afro-descendentes e indígenas, de acordo com a proporção de negros, pardos e índios na população do estado onde está instalada a universidade – não garante que os beneficiários sejam provenientes das classes menos favorecidas. Nesse sentido, o tiro pode sair pela culatra, beneficiando estudantes das classes médias, por exemplo. Quando se faz o corte de renda, se promove maior inclusão social, pois os pobres passam a ser o alvo da política. Outro equívoco é que a política de cotas não está acoplada a medidas que garantam a permanência desses estudantes na universidade, tais como auxílio alimentação, transporte, material didático, moradia.

Momento UFF – *Quais seriam, em sua opinião, as saídas para democratizar o acesso à educação superior?*

Maria de Fátima de Paula – Ampliar a rede pública de educação superior, contratar professores, que é o que o governo vai fazer agora, porém em um número muito maior do que o que foi proposto, e investir nos cursos noturnos para atender ao aluno trabalhador. Na minha opinião, estas são alternativas mais consistentes para, de fato,

Foto: Eduardo Heleno



Manifestação de alunos no Cine Arte UFF durante evento sobre a reforma universitária

democratizar o acesso à educação superior. Já o Programa Universidade para Todos (Prouni), por exemplo, não está investindo no ensino público, quando propõe o preenchimento das vagas ociosas das instituições privadas pelos alunos carentes, em troca de isenção fiscal. Essa vultosa soma de recursos que o governo deixa de arrecadar das faculdades particulares poderia ser utilizada para a expansão do sistema público. É fundamental investir maciçamente na ampliação de vagas nas instituições públicas, melhorar sua infra-estrutura, oferecer cursos preparatórios, pré-vestibulares gratuitos para os estudantes das classes populares – o que já ocorre na UFF e em outras universidades. Além disso, investir no ensino público fundamental e médio, para dar respaldo aos alunos que pretendem chegar à universidade pública. O resto é paliativo. Política compensatória com fins eleitoreiros. Nós queremos que os excluídos da educação superior entrem pela “porta da frente” e tenham um ensino de qualidade nas universidades públicas, que, salvo exceções, são as melhores do país.

Maria de Fátima de Paula possui inúmeras publicações sobre o tema educação superior, dentre elas Debatendo a universidade: subsídios para a reforma universitária (Editora Insular). Lançado em novembro, o livro reúne textos de diversos professores da UFF, como o reitor da universidade, Cícero Mauro Filho Rodrigues



De mãos dadas com a inovação

Como a ciência e a tecnologia podem dinamizar a educação no Brasil

O secretário-executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luís Manuel Fernandes, é professor da Universidade Federal Fluminense, da PUC-RJ e do Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores. Sua carreira acadêmica tem como destaque a formação em Relações Internacionais pela Universidade de Georgetown, nos Estados Unidos. Em entrevista ao Momento UFF, ele fala da política industrial do Brasil, de seus planos para o ministério, da pesquisa e de como a ciência e a tecnologia podem ajudar na inovação e na educação do país.



Eduardo Heleno

O professor Luís Manuel Fernandes, da Universidade Federal Fluminense

Momento UFF – *Quais são as bases de atuação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)?*

Luís Manuel Fernandes – O ministério tem, sob sua responsabilidade direta, três mecanismos de financiamento da pesquisa científica e tecnológica. O primeiro é o CNPq, órgão tradicional de fomento à atividade científica no país e que tem boa parte do seu orçamento voltada para a manutenção de um sistema nacional de bolsas, como a de iniciação científica, mestrado, doutorado, de apoio a áreas estratégicas, desenvolvimento tecnológico e de produtividade de pesquisa. Além disso, mantém algumas iniciativas importantes, como os Institutos do Milênio, redes de excelência e o Pronex, núcleos de excelência mantidos pelo CNPq.

O segundo meio que disponibilizamos é a Finep, que opera com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND). A sua principal missão é apoiar o desenvolvimento tecnológico nas empresas, além de dar suporte a projetos voltados para a inovação e o desenvolvimento tecnológico.

O terceiro instrumento são os fundos setoriais, constituídos a partir das chamadas Cids (Contribuições de Intervenção sob o Domínio Econômico) em diferentes áreas da economia e que formam fundos canalizados para investimento em ciência, tecnologia e inovação. Temos orçamento para este ano, nos fundos setoriais, em torno de R\$ 600 milhões e pretendemos ampliar isso. O ministério também tem várias unidades de pesquisa, vinculadas ao Estado do Rio de Janeiro, como o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), o Museu de Astronomia (Maste), o Instituto Nacional de Tecnologias (INT), a Agência Espacial Brasileira, responsável pelo programa espacial e a CNEN, cuja sede fica no Rio, e é agência responsável pelo programa nuclear.

Momento UFF – *Quais serão as principais ações do ministério em relação ao financiamento e fomento à pesquisa?*

Luís Manuel Fernandes – Estamos implementando uma estratégia chamada 3+1, que consiste em um

eixo fundamental, mantendo o sistema nacional de ciência e tecnologia, que é o mais desenvolvido da América Latina. Estamos empenhados em expandir e consolidar o sistema nacional de C&T. Desse eixo básico emergem três eixos verticais, estratégicos, para nossa ação. O primeiro é o de vincular ações de apoio à C&T com as prioridades da política industrial anunciada pelo governo, que consiste no desenvolvimento tecnológico do comércio exterior. Pela primeira vez, em 25 anos, o Brasil tem novamente uma política com o objetivo de estruturar os setores industriais, a fim de alavancar o crescimento do país. Esta política tem no seu coração a inovação que reflete a realidade do mundo atual, o qual passa por um processo de transformação, em que o conhecimento é a base da produção.

O segundo eixo é o que chamamos de objetivos estratégicos nacionais, isto é, vincula a C&T a grandes objetivos de interesse nacional, seja de preservação da soberania do país e até mesmo em áreas fundamentais, como a do controle do próprio território nacional. O programa espacial e o programa nuclear entram nesse eixo, pois são muito importantes. Em particular, a retomada do projeto do veículo lançador de satélite (VLS), onde houve o acidente em Alcântara. Neles, há grande interface entre o MCT e o estudo de defesa. Também temos uma estratégia de ocupação da Amazônia, utilizando a C&T, como instrumento para efetiva incorporação dessa região à sociedade nacional. O terceiro eixo é o da inclusão social, com várias ações que procuram mobilizar a C&T como instrumento de integração social e combate à sua exclusão. Um exemplo é a exclusão digital. Para haver inclusão há uma série de programas voltados para essa questão, como a formação de centros vocacionais tecnológicos.

Momento UFF – *Quais são os critérios de distribuição dos recursos dos fundos setoriais?*

Luís Manuel Fernandes – Existem 14 fundos setoriais, dos quais 13 são presididos pelo MCT. Eles foram constituídos por meio de contribuições de interação do domínio econômico em diferentes áreas, consideradas prioritárias ao desenvolvimento nacional. Exemplos destes fundos são petróleo, informática e fundo verde-amarelo, que promove parcerias entre empresas e universidades e é baseado numa porcentagem sobre o que as empresas

brasileiras remetem de royalties para a compra de tecnologia no exterior. O objetivo dos fundos, quando foram criados, era gerar recursos adicionais, complementares para o investimento em C&T. Mas eles acabaram se transformando em substitutivos das fontes já existentes. Isso gerou algumas distorções. Em primeiro lugar, passou a haver grandes carências na manutenção do sistema nacional de C&T, e estas se traduziram em demanda sobre os fundos setoriais, desviando-os parcialmente da sua destinação original. Por outro lado, também houve uma tendência destes fundos atuarem de forma fragmentada. Então, o que estamos implementando é um novo modelo de gestão que garanta maior integração nas suas ações. Ativamos um comitê de coordenação dos fundos setoriais que busca justamente integrar estas ações e propor programas transversais que tenham maior impacto estrutural sobre o desenvolvimento nacional a partir da C&T.

Momento UFF – *Quais são as novas diretrizes da política industrial?*

Luís Manuel Fernandes – A política industrial é muito ampla e tem uma série de iniciativas que atingem variados setores. Um exemplo – e é onde nós, do ministério, estamos diretamente envolvidos – é o encaminhamento da nova lei de inovação para o Congresso, que já foi aprovada em regime de urgência. Ela visa facilitar as parcerias entre as

“Temos orçamento para este ano, nos fundos setoriais, em torno de R\$ 600 milhões e pretendemos ampliar isso”

“Pela primeira vez, em 25 anos, o Brasil tem novamente uma política com o objetivo de estruturar os setores industriais, a fim de alavancar o crescimento do país. Esta política tem no seu coração a inovação que reflete a realidade do mundo atual”

empresas nacionais e a capacidade tecnológica, instalada em instituições públicas de C&T, dentre as quais, as universidades. Nosso objetivo não é transformar as universidades, como um todo, em nichos de apoio a atividades empresariais. Mas a coluna vertebral do sistema universitário é e tem de ser a pesquisa básica, fundamental à formação de recursos humanos, com sólida formação teórica e muita preparação.

Há na universidade e em outros institutos públicos de pesquisa grande capacitação científica e tecnológica que pode ser conectada com empresas para estimular a inovação e o desenvolvimento nacional. Isso é o que será viabilizado, pois todo o processo era burocrático e tornava essa relação difícil. Mas talvez seu principal enfoque seja uma maior parceria entre empresas desejosas de desenvolvimento tecnológico e as instituições públicas de C&T, que dispõem de um parque tecnológico bom e de grande capacidade de pesquisa científica. A política industrial em si identifica quatro setores estratégicos: software, fármacos, semicondutores microeletrônicos e bens de capital. Estes são de forte canalização de recursos públicos e de importância para alavancar seu desenvolvimento em parceria com o setor privado. Além disso, a política industrial identificou três áreas como importantes exportadoras de futuro, para se acoplar aos setores estatais no desenvolvimento nacional: biotecnologia, nanotecnologia e agroindústria. Dentre estas áreas, a agroindústria é um exemplo disso. O Brasil tem vantagem comparativa, pois hoje é fruto justamente de uma política pública de promoção do desenvolvimento tecnológico a partir da Embrapa. A agroindústria tem maior competitividade nos mercados internacionais. A nossa idéia é ampliar isso para setores capazes de alavancar e integrar toda a economia nacional.

Momento UFF – *Quais são as principais metas do seu ministério?*

Luís Manuel Fernandes – Nós temos esses eixos da política estratégica, mas estamos no meio das negociações com o Ministério do Planejamento e o governo, que visa traduzir as prioridades estratégicas em ações indicadoras que nos permitam avaliar o real impacto da nossa atuação. Isso permitirá estipular as metas concretas a serem atingidas dentro dos eixos desse planejamento estratégico. Há uma meta para a área de ciência e tecnologia que é a ampliação dos investimentos em C&T no Brasil para 2% do PIB. Hoje estamos situados numa faixa em torno de 1% e 1,2%. O compromisso do governo é chegar ao final do mandato do presidente Lula atingindo esses patamares de investimento. Estamos empreendendo um grande esforço de precisar exatamente quais são os investimentos efetuados em C&T, tanto pelo setor público quanto pelo privado. Apesar desse número ser insuficiente, é considerado relevante se comparado a outros países em desenvolvimento. Mas ainda é pequeno para situar bem o país no mundo. O Brasil precisa ter nichos favoráveis para si, a serem explorados plenamente. Então, nossa meta é aumentar esse patamar de investimento.

Momento UFF – *De que maneira o senhor vê o fomento à pesquisa por parte da própria universidade? O ministério planeja de alguma forma ser parceiro da instituição nesse sentido?*

Luís Manuel Fernandes – O ministério é parceiro de todas as universidades brasileiras de duas maneiras principais. A primeira forma é o apoio a projetos de pesquisadores. Nossa intenção é alavancar ainda mais a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico no setor empresarial, sem prejuízo da pesquisa na universidade. O objetivo é ter uma ação pública que estimule o desenvolvimento do setor empresarial privado na inovação. Neste caso, a participação do poder público na inovação é fundamental, pois ela envolve riscos, em função das incertezas. Se não houver compartilhamento de riscos por parte do poder público, a tendência espontânea ou natural do setor empresarial é comprar pacotes tecnológicos importados de fora, porque já estão

“Há uma meta para a área de ciência e tecnologia que é a ampliação dos investimentos, no Brasil, para 2% do PIB”

“A universidade tem inúmeros setores de competência comprovada e consolidada e que podem se inserir nessas prioridades definidas pela ação do Ministério da Ciência e Tecnologia”

“Nossa intenção é alavancar ainda mais a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico no setor empresarial, sem prejuízo da pesquisa na universidade”

“Temos uma estratégia de ocupação da Amazônia, utilizando a C&T como instrumento para efetiva incorporação dessa região à sociedade nacional”

testados, mesmo que isso agrave a dependência tecnológica do país e, inclusive, a balança de pagamentos. Então, nós vamos estimular as atividades de pesquisa e desenvolvimento nas empresas. Pretendemos também

encaminhar um outro projeto de lei para o Congresso, instituindo um sistema nacional de incentivos fiscais às empresas que investem na pesquisa e desenvolvimento no seu interior. No caso das universidades, elas continuarão sendo absolutamente cruciais porque, independentemente de serem públicas, são instituições permanentes do Estado nacional e cumprem uma função estratégica para o país, sobretudo naquele tripé clássico: pesquisa, ensino e extensão. Nossa responsabilidade principal é uma promoção da pesquisa. A interação entre os ministérios também é de grande valia. Assim, apoiamos os projetos por meio das nossas agências de fomento e de ações diretas do ministério, desenvolvidas por pesquisadores nas universidades. Investimos pesadamente na formação de recursos humanos para a pesquisa e também apoiamos institucionalmente as universidades por meio, sobretudo, do fundo setorial de infra-estrutura de pesquisa científica e tecnológica, o CT-Infra.

Momento UFF – *A maioria das instituições públicas de ensino superior – a educação como um todo no Brasil – está passando por uma fase difícil. Estamos assistindo a uma deterioração do ensino público. Como o Ministério da Ciência e Tecnologia pode atuar junto com outros ministérios para mudar esse quadro?*

Luís Manuel Fernandes –

Temos procurado interagir com o MEC. Um exemplo é o sistema nacional de pós-graduação estruturado em torno da Capes e de seu CTC como instância central de avaliação dos programas. O problema é que temos um sistema fragmentado de bolsas de pós-graduação, como as concedidas pela Capes, que é um órgão do Ministério da Educação, pelo CNPq, que é um órgão nosso, bolsas concedidas pelos fundos do ministério e ainda as concedidas pelas agências estaduais, as Fapes. Os valores diferentes dessas bolsas entre CNPq e Capes são um grande equívoco do nosso sistema. Um dos desafios é prover o sistema nacional de bolsas de pós-graduação. Já tomamos medidas nesse sentido, como a criação de uma portaria, preparada para montar uma coordenação unificada das bolsas, a fim de dar maior coerência, consistência e racionalidade ao sistema. No que concerne à manutenção das universidades públicas, em particular às instituições federais de ensino superior, a discussão da reforma universitária é de extrema importância. Temos de encontrar mecanismos de financiamento que garantam a atividade de ensino, pesquisa e extensão das instituições federais de ensino superior.

Momento UFF – *Em maio foi assinado um convênio que disponibilizará informações técnico-científicas para cientistas e pesquisadores, como o portal E-Livros e bibliotecas virtuais que darão acesso a publicações em inglês, espanhol e português. Que importância o senhor acredita que este portal pode ter? Que benefícios o convênio trará para a comunidade acadêmica em geral?*

Luís Manuel Fernandes – A importância e os benefícios são enormes. Estamos democratizando o acesso à informação, um recurso crucial da pesquisa. É uma iniciativa muito importante e nós pretendemos ampliar esse projeto e constituir uma espécie de biblioteca virtual nacional que possa integrar os acervos das bibliotecas das universidades, dos institutos de C&T, ampliando o acesso. Isso é um investimento estrutural que vai sanar um grande problema, uma lacuna fundamental do nosso sistema, não só de formação de cursos, mas na pesquisa. É nesse rumo que se insere a nossa iniciativa do portal e nós queríamos ampliar a sua abrangência. Gostaria ainda de dizer que é uma satisfação estar nesta função sendo professor da UFF. Queria sinalizar que a universidade tem inúmeros setores de competência comprovada e consolidada e que podem se inserir nessas prioridades definidas pela ação do Ministério da Ciência e Tecnologia. Faço um apelo aos colegas da universidade para participarem ativamente dos programas e das ações desenvolvidas pelo MCT.

A UFF no outro lado do ATLÂNTICO

Silvia Vilanova



Eduardo Heleno

O reitor da UFF, Cícero Mauro Fialho Rodrigues, e os professores Ricardo Perlingeiro (ao centro), da Faculdade de Direito, e Karl-Peter Sommermann, representante das instituições de Speyer, Alemanha

Um programa de Educação Continuada na Alemanha para juízes federais do Brasil e a realização de intercâmbio de estudantes e pesquisadores pela internet são os destaques do convênio assinado entre a UFF, o Instituto de Pesquisa em Ciências da Administração Pública e a Escola Superior Alemã de Ciências da Administração Pública. O acordo com as instituições de Speyer, na Alemanha, promove a integração entre pesquisadores e alunos de pós-graduação na área de Direito Internacional.

No projeto, estão incluídas a troca de publicações e materiais acadêmicos e a cooperação na organização de seminários e encontros. Também foram propostas a

aproximação da grade curricular da graduação e pós-graduação e a validação recíproca de disciplinas nos cursos de pós-graduação das instituições, de modo a permitir o intercâmbio de estudantes. A duração do convênio é de cinco anos. Os professores Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva, da Faculdade de Direito da UFF e Karl-Peter Sommermann, representando as instituições alemãs, são os responsáveis pelo desenvolvimento do projeto.

O acordo prevê para 2006 o início da capacitação de juízes federais brasileiros, em Speyer, com a participação de membros do Grupo de Pesquisa Efetividade da Jurisdição (GPEJ). Esse grupo foi formado na UFF em parceria com o Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal e com o Instituto Brasileiro de Direito Processual.

Atividades voltadas para uma melhor integração das instituições são destaque do convênio, proporcionando oportunidades únicas de aprendizado para os estudantes. Exemplo disso são os eventos que já estão sendo programados para o ano que vem, entre eles, missões científicas, em julho de 2005, na Argentina e em novembro de 2006, na Alemanha. Algumas metas do convênio são desenvolver um seminário internacional a cada dois anos e ter a presença de pesquisadores alemães e argentinos em eventos brasileiros, ao menos uma vez ao ano.

Cooperação histórica

Atividades envolvendo a UFF e instituições alemãs vêm acontecendo desde 2000, já tendo sido ministrados cursos na Alemanha e no Brasil. Em 2003, foram realizados encontros com autoridades jurídicas e acadêmicas, seminário de pesquisa e extensão e uma reunião científica entre os membros do GPEJ, na Faculdade de Direito. A cooperação com os alemães resultou ainda em dois importantes eventos em 2004: o Seminário Internacional “Direito Processual Público” e o Workshop e Reunião Científica do GPEJ “Controle Judicial da Administração Pública no Direito Alemão”.

Em maio de 2004, foi realizada a Terceira Missão Científica do GPEJ, na Alemanha e na França. A viagem teve duração de 14 dias e proporcionou à delegação brasileira visitas a instituições como a Corte Europeia de Direitos Humanos, o Tribunal Constitucional Alemão e o Supremo Tribunal Administrativo Alemão. Fizeram parte da delegação professores e mestrandos vinculados aos programas de Pós-Graduação em Sociologia e Direito e de Pós-Graduação em Relações Internacionais. A iniciativa dessa viagem foi do Departamento de Direito Privado e da Faculdade de Direito da UFF que, em parceria com a Escola Superior de Speyer e a Universidade de Erfurt, organizaram a missão.

Atuação da Proger é otimizada

Bernardo Tonasse

A Procuradoria-Geral da UFF (Proger) passa, atualmente, por uma gradual reformulação. Não mais vinculada à universidade, faz parte agora da Procuradoria-Geral Federal (PGF), criada em 2002 pela Lei 10.480, com o objetivo de otimizar a atuação dos órgãos de assessoramento jurídico das autarquias federais.

A nova lei vincula todos os advogados dessas instituições à PGF, tornando-os procuradores federais, e estabelece divisões geográficas para o trabalho desses funcionários. Isso garante a uniformização da sua atuação, aumentando, assim, a eficiência dos procuradores. “Antes da lei, cada procuradoria agia de uma maneira. Agora, porque somos um corpo único, as defesas são unificadas. Consultamos bancos de dados para ver o que já foi feito com sucesso, economizando tempo e agindo mais eficientemente. Afinal, muitas petições são repetitivas”, explica o procurador-geral em exercício, Cyro Janotti.

Sem perdas para a UFF

Apesar de a Proger não mais pertencer, formalmente, à estrutura da UFF, a universidade não perderá sua assistência jurídica. Ao contrário, o assessoramento será ainda mais eficiente. É o que garante Janotti, quando indagado sobre a possibilidade de a universidade ser defendida com menos empenho — já que os procuradores não são mais oficialmente da UFF: “A universidade não ficará órfã juridicamente.”

“A UFF não ficará órfã juridicamente”

Segundo o procurador, a orientação e a unificação das procuradorias pela PGF proporcionam capacidade de atendimento maior do que a atual, tendo em vista o aumento da eficiência. Ele esclarece ainda que os serviços de caráter emergencial, como a consultoria, permanecerão na UFF.

Resultados já aparecem

A lei é de 2002, mas a mudança ainda não se deu por completo. A antiga Proger recebeu o nome de Procuradoria-Geral Federal Junto à UFF devido à grande demanda da universidade. Entretanto, mesmo enquanto os ajustes ainda não terminam, os resultados já começam a ser sentidos.

Um exemplo disso é o caso dos 3,17% dos servidores. Em 1995, quando os salários destes foram corrigidos, um resíduo da inflação não foi computado. Verificado o erro, o governo determinou o pagamento em 14 parcelas semestrais. Contudo, o STJ julgou o parcelamento ilegal, e os servidores começaram a reivindicar o pagamento integral. Isso poderia sobrecarregar as procuradorias, o que não ocorreu, devido à unificação destas. Elas buscaram instruções na PGF e evitaram, com isso, recorrer em casos já considerados pacíficos.

Anatomia de uma notícia

Produção da mídia é analisada por alunos da área de saúde

Catarine Monnerat

Eduardo Heleno e Daniel Saturnino



Lilian Koifman e Martha Freire abordam o tema “Saúde e Comunicação” de forma inovadora

Referência para outras instituições de ensino, o currículo do curso de Medicina da UFF possui um grande diferencial: a disciplina “Trabalho de Campo Supervisionado”, coordenada por Martha Freire e Lílían Koifman, professoras do Instituto de Saúde da Comunidade.

A disciplina oferece muito mais do que o próprio nome sugere. Segundo as coordenadoras, o novo método de ensino-aprendizagem, longe do lugar habitual, tem como objetivo aproximar os alunos da comunidade. “Estamos colocando o tema Saúde e Comunicação pela primeira vez como um dos trabalhos de campo dos alunos que cursam a disciplina”, comenta Martha Freire, acrescentando que os temas são escolhidos de acordo com o próprio interesse social. “Essa é uma boa ocasião para propor esse estudo, principalmente discutindo as relações de saúde e cultura e debatendo sobre as diferentes visões do processo de saúde e doença”, ressalta.

“É importante que haja uma discussão sobre como a mídia influencia e é influenciada, e como isso é refletido pelos grupos sociais”

Na prática

Numa mescla de aulas teóricas e práticas, os alunos debatem a interface entre os campos da Saúde e da Comunicação e a influência da “grande mídia” sobre as concepções de saúde. “É importante que haja uma discussão sobre como a mídia influencia e é influenciada, e como

isso é refletido pelos grupos sociais”, afirma Lílían Koifman.

As professoras observam que no início as aulas são mais teóricas, com discussões de textos e pesquisa social, visando preparar os alunos para o trabalho de campo. Na etapa seguinte, os alunos do primeiro e segundo períodos são divididos em grupos de 10 a 12, que orientados por um professor, fazem a análise de um tema específico. O diferencial é que os grupos são dirigidos por profissionais de diversas áreas como Sociologia, Farmácia, Medicina, Pedagogia, Psicologia e Enfermagem.

“Estimulamos os alunos para que tenham uma visão crítica, procurando identificar a motivação que há por trás de cada estratégia das campanhas publicitárias”.

O contato com a prática acontece por meio de visitas a organizações não – governamentais, asilos, praças públicas, Secretarias Municipais de Saúde, centros religiosos, entre outros. Cursando o primeiro período e ainda inexperientes, os alunos são convidados a interagir com a comunidade em estudo. Eles fazem o mapeamento, identificam e observam criticamente diversas instâncias, a fim de entender a influência dos meios de comunicação no comportamento da sociedade em relação à saúde.

Lílían Koifman explica que às vezes há uma certa resistência por parte dos professores, acostumados a ministrar suas aulas no cenário habitual – o hospital. “A resistência é natural,

pois essa é uma prática nova. Mas há profissionais que após conhecer o trabalho se apaixonam”, diz a professora.

A Aids na mídia

No segundo período os alunos estão mais centrados em um caso específico: serão trabalhadas as ações de comunicação relacionadas à AIDS. As professoras dizem que esse tema foi escolhido porque se trata de um exemplo de saúde que tem tido muitas práticas de promoção e prevenção e envolve ações variadas de comunicação. “Vamos estimular os alunos para que tenham uma visão crítica, procurando identificar a motivação que há por trás de cada estratégia dessas campanhas”, afirma Martha Freire.

“Antes, as campanhas tinham uma linguagem alarmante. Com a identificação dos diferentes fatores de risco, elas passaram a valorizar mais a vida, o cuidado e a solidariedade”.

Além de analisar cartazes e notícias jornalísticas, os alunos têm a possibilidade de trabalhar com vídeos produzidos pelo Ministério da Saúde sobre as campanhas televisivas de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST/ AIDS). Segundo as professoras, os estudantes percebem a mudança na linguagem publicitária à medida que a doença se torna mais conhecida e, com isso, podem observar se as próprias estratégias de comunicação são eficazes ou não. “O objetivo é fazer com que os estudantes analisem de maneira crítica esse material, propondo formas de intervenção e participação”, comenta Martha.

De acordo com as professoras, havia muitas reclamações no início. Os alunos utilizavam asilos, centros religiosos e outras comunidades como fontes para suas pesquisas. No entanto, ao final dos trabalhos, não voltavam para mostrar os resultados. Para mudar este quadro, ao final de cada semestre, estes são apresentados em seminários, contribuindo de alguma forma para os locais visitados.

Participando ativamente como cidadãos, os alunos, que são estimulados a trabalhar em grupo, se comprometem a exercer uma atividade no local onde realizaram seus trabalhos, iniciando o processo de formação e desenvolvendo o respeito, o compromisso e a ética profissional.



Cadernos Penesb 5
Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira

Org. André Augusto Brandão
173 p. R\$ 10

Os *Cadernos do Programa de Educação do Negro na Sociedade Brasileira* mais uma vez vêm mostrar questões da produção de conhecimento sobre as relações raciais e o negro no contexto educacional. O número 5 aborda principalmente duas temáticas: “Em busca da teoria e dos saberes” e “Perspectivas, ações e experiências” - reflexões sobre experiências e perspectivas educacionais relacionadas às populações afro-descendentes.

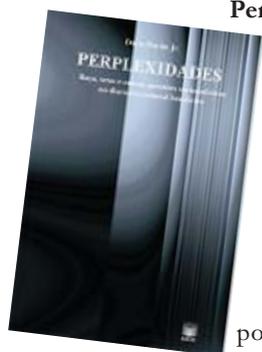


Revista Movimento 9

Org. Eda Maria de Oliveira Henriques
180 p. R\$ 15

A temática principal deste número é imaginário e educação. A revista traz uma nova

abordagem sobre a função que a educação e a escola vêm assumindo em nossa sociedade, para além das questões práticas. Para tanto, é importante que a dimensão imaginária seja trabalhada como suporte essencial do sujeito, do mundo e das instituições.



Perplexidades: raça, sexo e outras questões sociopolíticas no discurso cultural brasileiro

Autor: Dário Borim Jr.
202 p.

Perplexidades é composto de sete ensaios que tratam de temas bastante variados, como problemas suscitados pelas obras de Machado de Assis, Bernardo Guimarães, Nelson Rodrigues e Caetano Veloso. A diversificação, contudo, se harmoniza com unidade de tratamento teórico, metodológico e analítico, uma vez que as reflexões se conduzem sob a égide dos estudos culturais.

Sobre o autor:

Dário Borim Jr. é licenciado em letras pela UFMG, tendo feito seus estudos de pós-graduação – mestrado e doutorado – na Universidade de Minnesota, Estados Unidos.

Movimento Arte Jovem Brasileira

Ele já foi assistido por mais de 4 mil pessoas em três estados brasileiros e revelou 200 novos artistas desconhecidos da grande mídia. O Movimento Arte Jovem Brasileira (AJB) entrou em cena em 2002 e, desde então, vem agitando a vida cultural do país.

O projeto de extensão da UFF tem parcerias com o Centro de Artes UFF, a Secretaria Municipal de Cultura, a Coordenadoria de Juventude de Niterói e conta com apoiadores como a Livraria Soletorando e o Studio Pop 49. Alternativo, o AJB é mais que um evento de arte, “é um espaço de discussão e reflexão sobre os mais diversos assuntos”. Quem afirma é Carlos Alberto Marinho Gomes, um dos fundadores do movimento.

O que é o AJB?

Carlos Alberto Gomes – O Movimento Arte Jovem Brasileira é um movimento cultural alternativo que acredita no artista e no potencial do Brasil. Mas nem por isso faz barreira ou é bairrista. Pode chegar da China ou do Afeganistão, mas não pode chegar da grande cultura massificada embalada para consumo imediato.

Qual o objetivo do movimento?

Carlos Alberto Gomes – Queremos mostrar que existe gente produzindo arte de qualidade nas garagens, poetas criando escondidinhos... Queremos dar um palco para quem tem fome dele e mostrar a arte que a galera faz e que o “Sr. Mercado” insiste em ignorar.

Quem pode participar?

Carlos Alberto Gomes – Qualquer pessoa pode fazer parte, seja como produtor, artista, parceiro, apoiador. Basta ter afinidade com essas idéias e chegar junto. Existe uma fase de observação da empresa antes de propormos uma parceria. Um ponto que eu acho importante frisar é que, apesar do nome, não existe idade para quem quer participar do Arte Jovem. Quem precisa ser jovem é a arte, não o artista. O importante é ter o sangue novo criando, pulsando nas artérias... Ou seja, se você acha que não é jovem na idade, não esquite a cabeça. Aqui tem espaço para você!

Que atividades o Movimento Arte Jovem realiza?

Carlos Alberto Gomes – Realizamos eventos de graça ou com ingressos a R\$ 1,99. Não dá para começar a limitar pela conta bancária. Para chegar a isso é preciso muito trabalho. Por isso, somos muito gratos aos artistas que se apresentam em nossos eventos, pois acreditam na nossa proposta e sabem que ela é séria. Sem eles não teríamos chegado aonde chegamos. Além da realização de eventos com apresentações de música, poesia, dança, artes plásticas e tudo mais que inventarem, ainda promovemos bate-papos sobre assuntos diversos e questionamos a indústria cultural e seus critérios de escolha.

Quais os projetos para o futuro?

Carlos Alberto Gomes – Vislumbramos a possibilidade de realizar oficinas de artes, editar livros, lançar CDs e, quem sabe um dia, mudar o mundo! O Arte Jovem Brasileira é isso... Mas quer um conselho? Dê um pulinho em um evento nosso que você vai entender muito melhor...

A arte que nasce da experiência

Projeto descobre novos talentos da melhor idade

Priscilla Mansano

Dançar, cantar, brincar, interagir. Essas são algumas das atividades do cotidiano dos 600 idosos do Projeto UFF Espaço Avançado, ligado à Pró-Reitoria de Extensão. Criado em 1994 pela Escola de Serviço Social, o Espaço oferece oportunidades de lazer e aprendizagem, além de aumentar a auto-estima dos participantes, em sua maioria de Niterói e São Gonçalo.

Dentre as atividades desenvolvidas, estão oficinas de memória e de texto, arteterapia, dança, curso de línguas, canto coral, atendimento psicológico, trabalho corporal e terapia. O Espaço também promove encontros temáticos, com palestras e debates, e a feira “Gragoarte” de artesanato. As atividades musicais, artesanato e dança de salão são ministradas por antigos participantes.

A organização do UFF Espaço Avançado é coletiva, contando com representantes dos idosos, dos alunos e com a coordenação de Beatriz Venâncio (acadêmica) e Maria Carmem Alvarenga (técnica). A supervisão do trabalho é feita por 13 estagiários de Serviço Social. O projeto reúne, a cada atividade, de 15 a 30 participantes.

Teatro

Com cinco anos de existência, a oficina de teatro é uma das atividades mais concorridas. Várias peças já foram encenadas em lugares como Marina da Glória e Sesc São Gonçalo. O espetáculo “Nós no Tempo”, por exemplo, foi apresentado em agosto, no Teatro Municipal de Niterói. Segundo Beatriz Venâncio, a criação dos espetáculos é coletiva, e os textos surgem das lembranças dos idosos. O trabalho com o grupo se tornou tese de doutorado defendida por ela em março de 2004, na Uni-Rio.

“Os alunos são os mais animados, aceitam qualquer desafio. Nós não fazemos apenas teatro amador, fazemos teatro de qualidade”, diz a diretora Beatriz Venâncio. A primeira peça foi feita com histórias de casamentos e o nome não poderia ser mais sugestivo: “Que Deus o tenha”.

Uma aula de bem-viver

Dona Eunice de Costa Pinto, 79 anos, é uma das alunas mais aplicadas. Ela não esquece as falas e ainda corrige os colegas. É uma das primeiras participantes do Espaço Avançado. “Começou devagar, mas agora é um colosso”, diz sobre o início das atividades, em 1994.

Quem vê a doce vovó nem imagina a força que ela tem: criou sete filhos e hoje tem 13 netos, 19 bisnetos e três trinotos. Nada mal para essa atriz em início de carreira. “A família me dá muito apoio. Minha neta foi me ver com o namorado e ele ficou brincando, dizendo que eu vou trabalhar na Globo”, se gaba dona Eunice.



Eduardo Heleno

A diretora da peça, Beatriz Venâncio, recebe presente de dona Eunice

UFF ESPAÇO AVANÇADO

Campus do Gragoatá, Bloco E,
São Domingos, Niterói

Atendimento: Segunda a sexta-feira,
das 13h às 17h, telefone 2629-2715